

Quem vai pagar a conta mais alta das medidas adotadas pelo governo não será a classe média, como identificaram deputados e senadores ao longo da semana, mas os pobres. A afirmação é do economista José Márcio Camargo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), um dos mais respeitados especialistas em políticas de emprego e renda do país.

José Márcio pondera que o governo não tinha alternativa senão a de adotar as medidas de emergência, mas garante "que os pobres ficarão ainda mais pobres, e o setor de serviços, que vinha garantindo a sobrevivência da mão-de-obra desempregada do setor formal da economia, irá passar por encolhimento. "Não havia o que fazer, caso contrário voltaríamos ao mesmo ponto em que o país estava antes de julho de 1994", mês e ano em que o real entrou em circulação e as taxas de inflação iniciaram uma curva descendente.

"Com a retração da economia, uma parte dos ganhos obtidos com o aumento dos preços de serviços, certamente será revertido", diz José Márcio. Explique-se: isso significa que haverá maior concorrência entre os prestadores de serviço e muitos devem ficar sem trabalho.

Carros e bebidas – "A classe média detém a poupança do país e irá se beneficiar das altas taxas de juros, portanto ganhará com as medidas adotadas para atrair capitais". Ou seja, poderá compensar aumento de impostos – o governo voltou atrás e permitirá redução de gastos com saúde, dependentes e pensão alimentícia – e tributos incidentes sobre carros e bebidas alcoólicas com o rendimentos das aplicações financeiras, como as cadernetas de poupança cujo rendimento será o triplo da inflação projetada para este mês. Com a volta atrás do governo, diz José Márcio, a classe média poderá até contabilizar restituições em vez de pagamento de IR.

O que não impedirá, explica o economista, que essa mesma classe média reduza os gastos mensais com prestadores de serviços, a exemplo

de faxineiras, passadeiras, jardineiros e um contingente de desempregados que garantiam o rendimento mensal por meio destas atividades.

Já a alta dos combustíveis terá a fatura dividida igualmente entre todas as faixas de renda da população. Pesará da mesma forma na frota de carros particulares, como de táxis, ônibus e caminhões. Isto é, transporte público e privado.

Contas de Natal – "É a classe mais pobre, que dependia do crédito para comprar bens de mais alto valor, que irá adiar seu sonho de consumo", diz José Márcio. Já a classe média adiará, no máximo, a compra do carro novo. Da mesma forma, os que estiverem comprando imóveis podem ser afetados, mas trata-se de um bem de grande liquidez no mercado, o que o torna excelente aplicação. Isto é, devido ao déficit habitacional um imóvel representa dinheiro porque existem poucos e há muitos procurando.

José Márcio não prevê um bom Natal para os trabalhadores mais pobres, principalmente os que estão empregados em setores atingidos pela medida, como o automobilístico, bebidas e até o comércio. "Muitos vão perder emprego e não terão mais o setor de serviços como fonte de compensação de renda".

Em São Paulo, famílias comem a refazer contas sobre o que comprar neste Natal, que corre o risco de ser o mais fraco dos últimos quatro anos. E José Márcio, como o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, estão com o olhar voltado para a Ásia, torcendo para o furacão que está derrubando os mercados e afugentando do Brasil investidores estrangeiros passe logo. Nas montadoras e até nas vinícolas do Rio Grande do Sul, o momento é de expectativa. "Se a tempestade passar, o preço que os mais pobres vão pagar agora será menor", afirma José Márcio. E quem sabe no próximo Natal não dê para realizar os sonhos que serão adiados neste 1997.

Pobres pagarão a conta